

BALANÇO

Banco do Brasil tem lucro de R\$ 20,6 bilhões em 2025

ANDRÉ MARINHO
E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O Banco do Brasil encerrou o quarto trimestre de 2025 com lucro líquido ajustado de R\$

5,742 bilhões, queda de 40% em relação a igual período de 2024, mas alta de 51% ante o terceiro trimestre. O banco relevou também o lucro líquido contábil, que ficou em R\$ 4,972 bilhões no quarto

trimestre, recuo anual de 43%. Em 2025, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 20,6 bilhões, queda de 45% na comparação com 2024. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) fechou o quarto trimestre em

12,4%, de 8,4% no terceiro trimestre deste ano e 20,8% há 12 meses. O BB fechou o quarto trimestre com R\$ 2,4 trilhões em ativos, alta anual de 0,7% em base anual.

COSTA FILHO

Tecon 10 tem de 8 a 10 empresas interessadas e leilão será em maio

GABRIEL DE SOUSA
E ELISA CALMON/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou ontem, que há oito empresas interessadas no leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon 10). Silvio Costa Filho também disse que a previsão é que a escolha da vencedora deve ocorrer em maio, com edital sendo publicado em março, conforme adiantou ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real Grupo Estado. "Nós temos grupos brasileiros, fundos árabes, grupos ame-

ricanos, grupos asiáticos, que estão interessados, em torno de oito a dez participantes que têm, de fato, poder de fogo para participar desse leilão", afirmou o ministro de Portos e Aeroportos em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. Silvio afirmou também que ainda é preciso acertar pontos com o Tribunal de Contas da União (TCU) para ampliar a presença de empresas internacionais no leilão. Para isso, será realizado uma reunião, na semana posterior ao Carnaval. "A gente está fazendo uma rodada de conversas com as em-

baixadas e nós estamos conversando com vários grupos de investidores do Brasil que têm interesse em investidores internacionais, para que a gente possa ampliar nos próximos 10, 15 dias uma maior participação de parceiros internacionais para que a gente tenha um grande leilão", disse ele. O TCU recomendou que operadores já atuantes no complexo santista sejam impedidos de participar da disputa para evitar concentração de mercado. No entanto, a restrição tem sido alvo de empresas e associações. Com isso, o modelo final do edi-

tal ainda está em discussão. O ministro de Portos e Aeroportos também lembrou que não estará mais à frente da Pasta quando o leilão for realizado. Isso porque ele deixará o governo no dia 2 de abril, a fim de se descompartibilizar para disputar uma vaga do Senado por Pernambuco. Sem anunciar quem será o sucessor, Silvio Costa Filho lembrou que a orientação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é que secretários-executivos das pastas assumam os comandos. No caso da pasta de Silvio, o número 2 é Tomé Franca.

BANCO CENTRAL

Fluxo cambial em 2026 até dia 6 é positivo em US\$ 4,792 bilhões

MARIANNA GUALTER/AE

O fluxo cambial está positivo em US\$ 4,792 bilhões em 2026 até o dia 6 de fevereiro, segundo dados preliminares divulgados pelo Banco Central (BC) ontem. O canal financeiro apresenta entrada líquida de US\$ 5,395 bilhões. Já o fluxo comercial é negativo, somando US\$ 603 milhões no ano. O segmento financeiro tem

compras de US\$ 76,680 bilhões e vendas de US\$ 71,285 bilhões no período. Esse canal inclui investimentos diretos e em carteira, remessas de lucro, pagamento de juros e outras operações. O canal comercial tem importações de US\$ 24,479 bilhões e exportações de US\$ 23,876 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 3,098 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 4,447 bi-

lhões em pagamento antecipado (PA) e US\$ 16,331 bilhões em outras operações. **ATÉ DIA 6 DE FEVEREIRO** O Brasil registrou fluxo cambial negativo de US\$ 294 milhões em fevereiro até dia 6. Em janeiro, houve entrada líquida de US\$ 5,086 bilhões. O canal financeiro registrou entrada líquida de US\$ 249 milhões. Isso é resultado de com-

pras no valor de US\$ 2,836 bilhões e vendas no total de US\$ 2,587 bilhões. No comércio exterior, o saldo do mês foi positivo em US\$ 281 milhões, com importações de US\$ 646 milhões e exportações de US\$ 928 milhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 139 milhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio, US\$ 200 milhões em Pagamento Antecipado e US\$ 588 milhões em outras entradas.

TRANSIÇÃO

Câmara aprova redução de tributos para indústria química

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira passada, o projeto de lei complementar que estabelece alíquotas de transição menores para as indústrias química e petroquímica participantes de regime fiscal especial até sua migração para um novo regime com vigência em 2027. Com a medida, o governo federal deve elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano. A proposta será, agora, enviada para análise do Senado. Segundo o texto, as alíquotas referentes ao pagamento menor de tributos federais (PIS e Cofins) valerão de março a dezembro

deste ano e substituem outras vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por falta de previsão de impacto orçamentário. O Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq) foi sancionado no fim do ano passado, com vetos, e visa reduzir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas. O projeto aprovado nesta terça-feira limita a renúncia fiscal este ano a R\$ 2 bilhões, mas isenta a proposta de critérios para tramitação recém incluídos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Outros R\$ 1,1 bilhão bancarão créditos tributários adicionais previstos na legislação para as centrais petroquímicas e indús-

trias químicas participantes do Reiq. **ALÍQUOTAS** O texto vetado pelo governo previa aplicação de alíquotas de 0,67% de PIS e 3,08% de Cofins nos meses de novembro e dezembro de 2025, baixando para 0,54% e 2,46%, respectivamente, em todo este ano. O projeto aprovado pela Câmara, além de limitar a renúncia, propõe alíquotas de 0,62% e 2,83% respectivamente de PIS e Cofins de março a dezembro deste ano, um meio termo. Isso valerá para indústrias participantes do Reiq, que será extinto no final do ano. Essas alíquotas se aplicam também à importação com incidência de PIS-Importação e

Cofins- Importação. A renúncia abrange a compra de nafta petroquímica e parafina e vários outros produtos químicos utilizados como insumo pela indústria. O relator do texto, deputado Afonso Motta (PDT-RS), explicou que a proposta tem caráter transitório para evitar descontinuidade abrupta de política pública previamente instituída, preservando a previsibilidade regulatória e a estabilidade econômica do segmento durante o período de transição. Segundo o relator, a proposta somente gera impacto fiscal este ano, quando tem renúncia estimada em R\$ 3,1 bilhões compensada por ganho de arrecadação e projeção de receita ao longo do ano.

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10

Editais de Convocação de AGO/AGE: Ficam convocados os acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sua sede social à Avenida Nelson Cardoso nº 905 - sala 317 - Jacarepaguá/RJ, às 11:00hs do dia 23/02/2026, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Ordinariamente - a) eleição da Diretoria. II) Extraordinariamente - a) ratificação dos atos da Diretoria e das alienações e permutas de imóveis efetivadas pela Diretoria no período, e, b) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 12/02/2026. Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente.

Elera Gestão e Energia S.A.

CNPJ/MF nº 25.318.508/0001-63 – NIRE 33.300.337.725

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: No dia 10 de fevereiro de 2026, na sede social da Elera Gestão e Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Birrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, às 11:19 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia Geral Extraordinária realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los a Srta. Marina Silva Barboza. **4. Ordem do Dia:** (i) a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações decorrentes desta assembleia. **5. Deliberações:** Após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, o único acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições: **5.1.** Aprovar a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 24.700.000,00 (vinte e quatro milhões e setecentos mil reais), por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social da Companhia, portanto, de R\$ 94.669.883,53 (noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos) para R\$ 69.969.883,53 (sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos). **5.1.1.** Consignar que as ações que compõem o capital social da Companhia não têm valor nominal, motivo pelo qual é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital social, ora aprovada. **5.1.2.** Registrar que o referido montante reduzido do capital social da Companhia será devolvido ao único acionista, o **Power IV Fundo de Investimento em Participações**, dentro do exercício social em curso. **5.1.3** Consignar que, em razão do disposto no artigo 174 da Lei das S.A., a redução do capital social da Companhia, e as respectivas alterações estatutárias relacionadas, se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta ata, nos termos do artigo 289 da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar, em virtude da redução de capital social da Companhia, ora aprovada, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5. O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 69.969.883,53 (sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos), divididos em 94.668.894 (noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."** **5.3.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do "Anexo I" à presente ata. **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada eletronicamente pelo único acionista da Companhia e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Rio de Janeiro, RJ, 10 de fevereiro de 2026. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente; **Marina Silva Barboza** – Secretária. **Acionista: Power IV Fundo de Investimento em Participações** (por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.)

GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ/MF 27.982.942/0001-79 - NIRE 33.3.0032491-7

("GNA Infra" ou "Companhia")

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025. **1. Data, Hora e Local:** Em 30 de abril de 2025, às 15h30, na filial da Gás Natural Açú Infraestrutura S.A., localizada na Cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda Saco Dantas, s/n.º, Distrito Industrial, CEP: 28.200-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Presidente: Eduardo Quartarone Campos; e Secretária: Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **4. Publicações:** Em conformidade com o artigo 133, caput e §4º, e artigo 280 da Lei das S.A., foram publicados, no jornal "Diário do Acionista", nas páginas 3 e 4 da edição impressa e no "Caderno Publicações Digitais" da edição digital, os seguintes documentos: (i) as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas; e o (ii) relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Na Assembleia Geral Ordinária:** (a) as contas dos administradores; (b) as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (c) a destinação do resultado da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (d) a autorização para os Diretores da Companhia para praticarem todos e quaisquer atos necessários para o cumprimento, formalização e implementação das deliberações aqui aprovadas. **Na Assembleia Geral Extraordinária:** (a) retificar o item "5.4.3" da Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia, realizada em 28/02/2025, arquivada na JUCERJA em 25/04/2025 sob o n.º 00006938727, em razão de erro material na soma dos valores; (b) em consequência, retificar a "Cláusula 5ª" do Estatuto Social da Companhia; e (c) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, a partir da presente data, na forma prevista no **Anexo I. 6. Deliberações:** Após análise e discussão dos assuntos da Ordem do Dia, as seguintes matérias foram aprovadas pelos acionistas por unanimidade e sem reservas: **Na Assembleia Geral Ordinária:** (a) as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, nos termos do material arquivado na sede da Companhia; (b.1.) a proposta da administração para a destinação do prejuízo da Companhia, no montante total de R\$301.429.698,10 (trezentos e um milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, seiscentos e noventa e oito reais e dez centavos) para a conta de prejuízo acumulado, totalizando este o valor de R\$792.574.257,59 (setecentos e noventa e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), nos termos do material arquivado na sede da Companhia; (b.2.) considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não haverá distribuição de dividendos aos seus acionistas; e (c) a autorização aos Diretores da Companhia para praticarem todos e quaisquer atos necessários para o cumprimento, formalização e implementação das deliberações aqui aprovadas. **Na Assembleia Geral Extraordinária:** (a) retificar o item "5.4.3" da Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia, realizada em 28/02/2025, arquivada na JUCERJA em 25/04/2025 sob o n.º 00006938727, em razão de erro material na soma dos valores, que passará a vigor com a seguinte redação: **"5.4.3 Em virtude do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$650.821.682,96 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), dividido em 8.124 (oito mil, cento e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$654.077.982,08 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões, setenta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e oito centavos), dividido em 8.171 (oito mil, cento e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;"** (b) aprovar a alteração do caput da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia em decorrência da deliberação acima, que passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: **"Cláusula 5ª. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$654.077.982,08 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões, setenta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e oito centavos), dividido em 8.171 (oito mil, cento e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A acionista Siemens Energy Inc. integrará o valor de R\$65.669,12 (sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e doze centavos) mediante o próximo exercício parcial do Bônus de Subscrição nº 02/2020;"** e (c) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, a partir da presente data, na forma prevista no **Anexo I. 7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, que após ter sido lida e aprovada pelos acionistas, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Eduardo Quartarone Campos; e Secretária: Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **Acionistas:** Gás Natural Açú S.A. e Siemens Energy Inc. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025. **Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, lavrada no respectivo livro e devidamente assinada pelos Acionistas da Companhia.** Nathaly Gonçalves Sales Abreu - Secretária. JUCERJA nº 00007247137 em 10/10/2025.

Nota

MOMENTO É DE CALIBRAGEM DA POLÍTICA MONETÁRIA, DIZ PRESIDENTE DO BC

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem, em São Paulo, que a política monetária está em uma fase de calibragem dentro de um cenário que ainda exige bastante cautela. "Volto aqui a enfatizar que a palavra-chave é essa, a calibragem, esse ajuste da política monetária a partir de março, justamente para a gente poder reunir mais confiança para iniciar esse ciclo", disse ele, durante o CEO Conference ♦ Brasil 2026, evento promovido pelo BTG Pactual. "Neste

ambiente onde você tem menos confiança, dado o tamanho da incerteza em projeções, a atitude do Copom (Comitê de Política Monetária) foi ser mais conservador ao esperar 45 dias para que a gente possa iniciar esse ciclo com maior confiança", acrescentou. Em janeiro, o Banco Central manteve a Selic em 15% ao ano mas sinalizou a intenção de iniciar o ciclo de cortes em março caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico. Durante o evento, Galípolo evitou falar sobre expectativas e defendeu que o Banco Central precisa ter serenidade para tomar decisões ao longo do ano.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

(11) 2655-1899

JUSTIÇA

Academia onde mulher morreu após nadar na piscina é pichada

A academia C4 Gym, na zona leste de São Paulo, foi pichada com os dizeres "Justiça", "Salve Severino", "E agora, quem é o culpado?". A unidade está fechada e interditada após a morte da professora Juliana Faustino Basseto, de 27 anos. Ela passou mal durante uma aula de natação no local.

Além dela, outras cinco pessoas também passaram mal. Entre as vítimas está Vinicius de Oliveira, marido da professora, que se encontra internado em estado grave. Um homem, um adolescente e uma mulher também estão hospitalizados.

Severino da Silva, 43, era responsável pela manutenção da piscina e foi filmado realizando uma mistura de produtos minutos antes da aula de natação.

Ele prestou depoimento à Polícia Civil no 42º Distrito Policial (São Lucas), e disse que recebia de um dos donos do local as orientações sobre como realizar a mistura dos produtos químicos. A comunicação ocorria por mensagens, nunca de forma presencial.

"Ele fazia as medições da água, tirava fotos e as enviava para um dos proprietários da empresa, que orientava e informava quais produtos e quantidades deveriam ser utilizados para a desinfecção da piscina", disse o delegado.

"Era uma orientação feita por troca de mensagens."

A advogada Bárbara Bonvicini, que representa a defesa de Severino da Silva, informou que o funcionário prestou "todos os esclarecimentos" solicitados e que "colaborou com a apuração dos fatos".

O Estadão tenta contato com a defesa dos responsáveis pela academia. O espaço segue aberto. Os proprietários do local ainda não prestaram depoimento à Polícia Civil. Em nota, a academia lamentou o episódio e afirmou que prestou apoio às vítimas.

Severino trabalhava na C4 Gym havia pelo menos três anos e ocupava o cargo de ajudante-geral. Além de realizar a manutenção da piscina, tarefa para a qual, segundo o delegado, não possuía nenhuma formação técnica, ele também acumulava a função de manobrista.

Severino informou aos investigadores que realizava a mistura dos produtos químicos dentro de um balde e deixava o recipiente próximo à piscina para que fosse jogado pelos professores ao final da aula.

Conforme mostrou o Esta-

dão, o ajudante-geral foi gravado fazendo a mistura de produtos minutos antes da aula de natação da qual Juliana participou, no último sábado passado.

A principal linha de investigação é a de que as pessoas possam ter se intoxicado com os produtos misturados e deixados próximos à piscina. Como o local é fechado e pouco arejado, os alunos podem ter inalado gases que teriam causado o mal-estar.

De acordo com testemunhas, os alunos sentiram um forte cheiro químico na água, seguido de sintomas como queimação nos olhos e episódios de vômito.

Segundo o delegado, a dúvida é se Severino misturou dois tipos diferentes de cloro ou cloro com outro produto químico. "Os tipos de cloro não podem ser misturados. Se você usa um determinado tipo de cloro, não pode misturá-lo com outro, porque isso provoca uma reação e uma produção maior de gases, que foi o que ocorreu e causou a intoxicação e a morte da jovem Juliana", explicou Alexandre Bento.

"Ele alega que manipulou apenas cloro naquele dia, mas há cloro de diversas graduações e marcas diferentes na academia", acrescentou.

A polícia, no entanto, ainda aguarda os resultados do exame necroscópico de Juliana, do laudo pericial realizado na academia e do laudo químico das amostras da água e dos produtos utilizados por Severino. "Além disso, estamos aguardando os relatórios das vistorias feitas pela Vigilância Sanitária e pela Subprefeitura de Vila Prudente", diz o delegado.

A Subprefeitura de Vila Prudente interditou a academia C4 Gym devido a uma "situação precária de segurança" e também pela ausência do Auto de Licença de Funcionamento, o alvará, uma vez que o estabelecimento possui dois CNPJs vinculados à atividade exercida no endereço.

"É uma situação nebulosa. Há dois CNPJs no local. Um apresenta e o outro não", diz Alexandre Bento. "Esperamos desvendar isso quando os proprietários prestarem esclarecimentos", acrescenta.

Os donos da academia ainda não foram formalmente chamados para depor à polícia. Como são os principais investigados, eles serão os últimos a serem ouvidos, informou o delegado.

MULHERES

Polícia cumpre mil pedidos de prisão contra agressores

A Polícia Civil de São Paulo fez uma operação ontem para cumprir mais de mil mandados de prisão contra agressores de mulheres em todo o estado.

Até a última atualização, as autoridades já haviam prendido 150 condenados pela Justiça que estavam em várias cidades paulistas.

Junto dos criminosos, a polícia apreendeu quatro armas

de fogo irregulares.

"São agressores condenados que buscamos colocar atrás das grades para garantir à mulher o direito de viver livre e com segurança", disse a delegada Cristiane Braga em nota oficial.

Esta operação, que busca uma maior segurança para o carnaval, teve início na segunda-feira passada e hoje é o principal dia da ação policial.

GANHOS ILEGAIS

TJ recorre ao STF para anular decisão contra penduricalhos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) recorreu, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, para derrubar decisão do ministro Flávio Dino (**foto**) que suspendeu o pagamento dos penduricalhos ilegais nos Três Poderes, benefícios concedidos a servidores públicos e que não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

Na semana passada, Dino concedeu liminar para determinar que as verbas indenizatórias que não têm base legal devem ser suspensas no prazo de 60 dias.

No recurso, o TJSP alegou que o pagamento não pode ser suspenso antes de o Congresso aprovar regras para definir quais verbas indenizatórias podem ser admissíveis como exceção ao teto constitucional - R\$ 46,3 mil - conforme determinado pelo ministro.

"Antes do decurso de prazo razoável a ser assegurado ao legislador para a adoção das medidas legislativas necessárias à regulamentação definitiva pen-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

dente não se mostra adequado estabelecer disciplina substitutiva geral, ou seja, não é possível à Suprema Corte, mediante decisão aditiva, fixar o regramento aplicável", argumentou o TJSP. O tribunal também defendeu a autocontenção do Supremo para julgar o caso.

OBRAS

Parque Villa-Lobos reabre Orquidário após quase dez anos

ANA LOURENÇO/AE

O Parque Villa-Lobos reabriu no último final de semana o Orquidário Ruth Cardoso. O espaço de preservação e conservação estava fechado há quase dez anos. As obras de recuperação do local custaram aproximadamente R\$ 2 milhões.

O passeio é gratuito, acessível e estimula o visitante a observar detalhes, reconhecer formas, cores e perfumes e compreender os diferentes modos de crescimento das orquídeas.

No viveiro, são 27 espécies de

exóticas Orquídea-aranha (*Brassia verrucosa*); além de gêneros fascinantes como *Stanhopea*, *Gongora*, *Encyclia*, *Maxillaria*, *Paphiopedilum* e *Phalaenopsis*.

Em nota, o parque afirmou que a reabertura é um movimento que resgata a história e a vocação original do local. "Totalmente dedicado à preservação, ao cultivo e à exposição de orquídeas, o espaço volta a receber o público como um convite ao silêncio, à observação atenta da natureza e à valorização da biodiversidade"

DIREITO

USP demite professor de faculdade acusado de assediar dez alunos

ADRIANA VICTORINO/AE

A Universidade de São Paulo (USP) oficializou ontem a demissão do professor Alysson Leandro Barbate Mascaro, acusado de assediar dez alunos entre 2006 e 2024. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado. Mascaro pode recorrer da decisão em até 30 dias.

Em dezembro do ano passado, a Faculdade de Direito da USP decidiu demitir o professor, que passou a ser investigado por assédio em 2024. Ele es-

tava afastado da instituição desde então. À época da denúncia, Mascaro já tinha negado as acusações.

Mascaro era professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na graduação e na pós-graduação, livre-docente em Filosofia e Teoria Geral do Direito e autor de livros como *Crise e Golpe e Estado e Forma Política* (Boitempo Editorial), *Filosofia do Direito e Introdução ao Estudo do Direito* (GEN-Atlas).

A Comissão que investigou o caso teve inicialmente 90 dias (prorrogáveis, se fosse necessário - o que ocorreu diversas vezes) para conclusão dos trabalhos. O afastamento cautelar foi publicado em portaria em dezembro de 2024 e solicitado pelo Presidente da apuração preliminar.

No documento, o diretor afirmava que havia "fortes indícios de materialidade dos fatos e que estes envolvem possível enquadramento típico de assédio sexual vertical".

Na ocasião, a defesa do docente rebateu as acusações e alegou que "perfis fakes de Instagram são criados para propagar calúnias, inverdades e estimular intrigas".

O procedimento contra Mascaro foi instaurado após solicitação do Centro Acadêmico XI de Agosto. A representação dos alunos cita reportagem publicada pelo site *The Intercept* com denúncia de supostos abusos contra dez alunos da faculdade cometidos por Mascaro entre 2006 e 2024.

MORTE DE TIO

Novos acontecimentos no caso Suzane

ADRIANA VICTORINO/AE

A empresária Carmen Silva Gonzalez Magnani prestou depoimento à Polícia Civil na terça-feira, passada. Carmen busca na Justiça ser reconhecida como viúva do médico Miguel Abdalla Neto, tio de Suzane von Richthofen Na última terça-feira, ela registrou um boletim de ocorrência acusando Suzane de ter se apropriado de bens do tio

sem autorização da Justiça.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP), o caso foi registrado como exercício arbitrário das próprias razões na Delegacia Eletrônica e encaminhado ao 27º Distrito Policial - Ibirapuera, para a apuração.

Em nota, a SSP afirmou que a viúva relatou que uma sobrinha do marido se apropriou de bens dele, sem autorização judicial para isso. "A unidade policial da área analisa o caso para as medidas cabíveis de polícia judiciária", diz.

O médico Miguel Abdalla Neto morreu aos 76 anos, em janeiro deste ano. Ele foi encontrado morto em sua casa, na Vila Congonhas, zona sul de São Paulo. Abdalla Neto era médico ginecologista e irmão de Marisa von Richthofen, mãe de Suzane e Andreas. Após a morte dela e do marido, Manfred Albert von Richthofen, em 2002, foi o tio

quem passou a ter a guarda de Andreas, ainda menor de idade na época.

De acordo com informações da Polícia Militar, ele foi encontrado ao lado da cama, já em rigidez cadavérica. As causas da morte ainda são investigadas, mas informações preliminares da PM apontam para "mal súbito ou morte natural". A residência não tinha sinais de arrombamento.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

RECURSOS

Arrecadação de ICMS do RJ cresce 9,5% em 2025

Pelo segundo ano seguido, o Estado do Rio de Janeiro encerrou o ano com alta na arrecadação de ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP), um adicional do imposto. O aumento nominal foi de 9,5% na comparação entre 2025 e 2024. Descontada a inflação, o ganho real foi de 5,2%. O total recolhido da principal fonte de receita do Estado, mais o FECP, foi de R\$ 60,7 bilhões.

Dois fatores foram decisivos para esse bom resultado. O primeiro deles é o ajuste da alíquota modal do ICMS, que foi de 18% para 20% em maio de 2024. Assim, o período de janeiro a abril do ano passado ainda sentiu os efeitos dessa mudança. O outro foi a forte atividade econômica registrada especialmente no primeiro semestre de 2025, com destaque para setores como comércio e indústrias de transformação e extrativa (óleo e gás).

“Em 2025, alcançamos o recorde histórico de mais de 86 mil empresas abertas no Estado. Isso contribuiu para o aquecimento da economia e o consequente aumento da receita de ICMS. Esses recursos são fundamentais para a manutenção dos serviços e a realização de políticas públicas” analisou o governador Cláudio Castro.

O crescimento nominal da arrecadação fluminense foi o maior entre todos os estados



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

das regiões Sul e Sudeste, superando as médias nacional (6,8%) e das respectivas regiões (5,0% e 7,2%), segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que consideram o ICMS e o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP). Vale lembrar que 25% da receita de ICMS é destinada, por lei, aos municípios, que também se beneficiam do aumento.

Para que mais empresas se instalem no Estado, aumentando a arrecadação tributária, a melhoria constante do ambien-

te de negócios é fundamental. Nesse cenário, a Subsecretaria de Política Tributária e Relações Institucionais tem contribuído para a elaboração de legislações e normas mais claras e precisas, o que ajuda a reduzir a burocracia e o contencioso, além de impulsionar a receita.

Além disso, as ações de fiscalização desempenham um papel importante no combate à concorrência desleal. Somente em 2025, a Receita Estadual iniciou um total de 4 mil ações fiscais, que resultaram em 1.207 autos de Infração no valor total

de R\$ 10,1 bilhões. Nas Barreiras Fiscais, foram mais de R\$ 373 milhões em autos de infração. Ao todo, 5.819 multas foram emitidas por meio do trabalho nas divisas do Rio e na fiscalização volante, que vai aos estabelecimentos.

“A Sefaz-RJ tem investido em um modelo de gestão que une rigor fiscal e parceria com o contribuinte, impulsionado pela automação de processos e pelo estímulo à autorregulamentação”, afirmou o secretário de Estado de Fazenda, Juliano Pasqual.

MINISTÉRIO

Prazo de inscrição no Mais Médicos Especialistas termina no dia 19

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Médicos de todo o país, com formações específicas, podem se inscrever no projeto Mais Médicos Especialistas (PMM-E) do Ministério da Saúde até às 23 horas e 59 minutos do dia 19 de fevereiro. O edital de chamamento público foi aberto no início deste mês pelo governo federal.

O projeto Mais Médicos Especialistas integra o Programa Agora Tem Especialistas (ATE), unificado em 2025, para garantir mais agilidade, eficiência e igualdade de acesso à saúde especializada.

A iniciativa tem o objetivo de reduzir o tempo de espera por consultas ambulatoriais, exames e cirurgias no SUS, e fortalecer as redes de atenção à saúde em regiões consideradas prioritárias, em apoio a estados e municípios, além de qualificar a formação de médicos já especialistas pelo trabalho, com base na prática em serviços da rede pública.

O Sistema Único de Saúde (SUS) vai contratar 1.206 profissionais em 16 especialidades para prestar atendimento em regiões consideradas prioritárias de todo o país, por serem remo-

tas e vulneráveis. Não haverá vínculo de emprego, frisa o edital com as regras da seleção.

INSCRIÇÃO

Os interessados devem acessar o portal da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) e fazer o pré-cadastro na plataforma para se inscrever.

O candidato médico poderá apresentar até três títulos de especialistas reconhecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica.

A seleção contempla especialidades como: anesthesiologista; cirurgião geral, cirurgião do aparelho digestivo; cirurgião oncológico; cirurgião proctologista; ginecologista e obstetra; cardiologista; endoscopista digestivo; gastroenterologista; oncologista clínico; radioterapeuta; radiologista; mastologista; otorrinolaringologista; e médico patologista.

A atuação dos profissionais ocorrerá em serviços hospitalares e ambulatoriais do SUS, em diferentes regiões do Brasil. Por isso, no momento da inscrição, o candidato pode escolher até dois locais de atuação, inclusive, em estados diferentes. O profis-

sional deve indicar a ordem de preferência do estabelecimento de saúde onde deseja trabalhar.

RESERVA DE VAGAS

Do total de vagas ofertadas (1,2 mil), 20% são reservadas para a política de cotas.

O candidato que deseja concorrer às vagas reservadas para políticas afirmativas (pessoas com deficiência, pessoas negras, indígenas e quilombolas) deve assinalar, no formulário de inscrição da plataforma, a opção correspondente e inserir a documentação comprobatória, com exceção dos candidatos autodeclarados negros. Os profissionais serão convocados por edital e por e-mail para se apresentar de forma telepresencial à uma comissão de heteroidentificação para verificação do fenótipo declarado.

Não serão permitidas alterações após o fim do período de inscrições.

BENEFÍCIOS

O programa oferece aos selecionados uma bolsa-formação mensal no valor fixo de R\$ 10 mil, que pode chegar a R\$ 20 mil como incentivo, a depender da dificuldade de levar e manter profissionais de saúde em deter-

minado município, estado ou Distrito Federal. O valor será pago diretamente pelo Ministério da Saúde.

Os participantes ainda terão aprimoramento profissional, com duração de até 12 meses, realizado por instituições formadoras da área médica.

As instituições serão responsáveis pelo acolhimento inicial dos profissionais, com atividades de apresentação do curso, avaliação diagnóstica e orientações sobre a proposta pedagógica, o cronograma e as responsabilidades acadêmicas.

Além da bolsa-formação mensal, os profissionais terão ajuda de custo para despesas relacionadas às imersões presenciais nas instituições formadoras. Porém, o pagamento está condicionado à participação efetiva nas atividades previstas no edital, com carga horária semanal de 20 horas, sendo 16 horas assistenciais.

CRONOGRAMA

O resultado final com os nomes dos selecionados e as localidades de atuação será publicado em 24 de março no site de chamamentos públicos do Ministério da Saúde

VISITA

Imersão na Fiocruz inspira meninas a seguir carreira científica



TANIA REGO/ABRASIL

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

Ainda criança, a estudante Raíssa Cristine de Medeiros Ferreira, hoje com 17 anos, recebeu um ultimato da mãe:

"Eu tinha a mania de ficar misturando as coisas em casa pra ver o que ia acontecer. Ai, a minha mãe me chamava de cientista maluca. Ela falou: 'Quando você crescer, eu vou te forçar a fazer um curso de química'. E ela forçou mesmo", lembra, aos risos.

Prestes a concluir o ensino médio com técnico em Química, no Instituto Federal do Rio de Janeiro, no campus de Duque de Caxias, ela realmente vislumbra se tornar uma cientista, e não há nenhuma malucice nisso.

Raíssa é a expressão de um movimento celebrado em todo o mundo neste dia 11 de fevereiro, o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência.

Criada em 2015 pela Organização das Nações Unidas, a data tem o objetivo de chamar a atenção para a desigualdade de gênero nas chamadas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Stem, na sigla em inglês), historicamente dominadas por homens.

DENTRO DA FIOCROZ

Isso deu início a um movimento seguido por diversas instituições científicas, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que, desde 2020, oferece uma imersão de verão para estudantes de ensino médio.

Raíssa participou pela primeira vez em 2025 e gostou tanto que repetiu a dose este ano. Ela ainda levou uma amiga, Beatriz Antônio da Silva, que também tem 17 anos e estuda no mesmo instituto federal.

Assim como Raíssa, Beatriz começou a se interessar pela carreira científica após o convite de uma professora de física, que desenvolve um projeto no instituto para estimular a entrada de meninas negras na área.

"Ela é uma boa contadora de histórias. E ela sempre falava como foi difícil, porque ela era uma das únicas mulheres na sala da faculdade, e foi negligenciada e sempre sofreu muito preconceito. Então, ela quer abrir portas para a gente", conta Beatriz.

Esse esforço de cientistas mulheres para abrir o caminho para outras não é novidade para Beatriz Duqueviz, analista de gestão em saúde pública, que integra a coordenação do Programa Mulheres e Meninas na Ciência da instituição.

"A Fiocruz é uma instituição centenária, e só se pensou nesse programa na gestão da Nísia Trindade (ex-presidente da Saúde, primeira mulher em ambos os cargos). Então, a importância de mulheres ocuparem esse espaço é pela diversidade, mas também pela sensibilidade e pela luta."

Beatriz Duqueviz explica que o programa da fundação atua em três frentes: reconhecimento e valorização das cientistas mulheres; pesquisas sobre gênero; e estímulo ao interesse pela ciência entre meninas.

Segundo Beatriz, elas são desestimuladas desde o início da infância e, quando crescem, principalmente as meninas mais pobres, acabam tendo

que dividir a atenção dos estudos com os trabalhos domésticos.

TRÊS DIAS DE IMERSÃO

Na imersão de verão deste ano, 150 alunas de diversos locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram selecionadas para passar três dias conhecendo os trabalhos e em contato com pesquisadoras de 13 unidades da Fundação.

Duane de Souza, de 17 anos, que mora em Bangu, na Zona Oeste da capital, ficou sabendo da seleção pública para o programa após ver um post nas redes sociais.

"Eu já sei que quero fazer biologia. Mas a biologia abre portas para diversas coisas, então eu pensei que aqui eu poderia ter uma luz de que área seguir. E realmente eu tive uma luz. Antes, eu achava que fazer pesquisa era uma coisa muito complicada, mas aqui eu percebi que não é exatamente assim", conta ela, que estuda no Instituto Federal do Rio de Janeiro, no Campus Maracanã, na Zona Norte,

Beatriz Duqueviz explica que a programação é pensada para apresentar a ciência real às estudantes, muito diferente dos estereótipos:

"Você não precisa nascer um gênio para ser cientista. O que você precisa é ter curiosidade e disciplina para buscar respostas. A gente quer que essas meninas tenham uma compreensão ampliada da ciência, para estimular que elas busquem carreiras científicas".

Por isso, as estudantes percorrem laboratórios com microscópios e provetas, usualmente entendidos como o local de trabalho de um cientista, mas também têm a oportunidade de conhecer espaços como o Laboratório de Conservação Preventiva, que se dedica à recuperação e preservação do patrimônio histórico da Fiocruz, ou a Revista Cader-nos de Saúde Pública, uma das publicações científicas da fundação.

A co-editora chefe da revista Luciana Dias de Lima acredita que isso é essencial para que as estudantes compreendam as muitas dimensões do trabalho científico que, muitas vezes, é resultado do esforço coletivo e multidisciplinar. Na revista, atualmente, três pesquisadoras chefiam a publicação como co-editoras chefes.

"Alcançar postos mais altos na carreira ainda é um desafio. Principalmente porque nós, mulheres, enfrentamos a necessidade de atuar em outras áreas. A gente sempre tem que compartilhar o horário de trabalho, com várias outras atribuições, como cuidado com a família. Fora os estereótipos de qual é o 'nosso lugar'".

Felizmente, Sulamita do Nascimento Moraes já sabe, aos 17 anos, que o seu lugar é onde ela quiser. Moradora e estudante de uma escola estadual no Méier, na Zona Norte da capital, ela também é bolsista de iniciação científica em uma universidade e já participou de diversas atividades de estímulo à ciência para meninas.

"Hoje, eu sei que eu quero estudar ciência da computação, mas antes eu nem sabia sobre tecnologia... Até porque, infelizmente, na nossa sociedade, ainda tem esse tabu de que tecnologia é mais coisa de menino.

CIDADE DO SAMBA

Princípio de incêndio atinge barracão da escola de samba Grande Rio

Um princípio de incêndio atingiu ontem o barracão da escola de samba Grande Rio, na Cidade do Samba, na Gamboa, na região central do Rio de Janeiro. A ocorrência foi controlada pela brigada de incêndio em ação conjunta com o Corpo de Bombeiros.

Segundo a escola, o fogo teria começado em uma escultura no barracão, mas foi rapidamente contido e a situação normalizou-se em poucos minutos.

"Não houve feridos, nem qualquer prejuízo material. A Grande Rio reforça que o funcionamento do barracão segue

normalmente", informou a escola.

Na Cidade do Samba ficam os barracões das escolas de samba que desfilam no carnaval. É lá que são produzidas alegorias e figurinos.

A Grande Rio desfilará no Sambódromo na terça-feira

(17) de carnaval. O enredo da escola este ano é *A Nação do Mangue*, que homenageia o *Manguebeat*, movimento que surgiu no Recife na década de 90 e exalta a cultura popular e o mangue como resistência, terreno fértil e fruto do sustento de muitas famílias.

FORAGIDA

Itália começa a julgar extradição de Zambelli; audiência é suspensa

FELIPE PONTES/ABRASIL

A Corte de Apelação de Roma deu início nesta quarta-feira ao julgamento sobre a extradição da ex-deputada Carla Zambelli, mas a audiência foi suspensa após a manifestação do Ministério Público italiano e de um dos advogados dela, com a expectativa de ser retomada hoje.

Zambelli está presa desde 29 de julho na Itália, país para onde fugiu após ter sido condenada a prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na retomada do julgamento, devem se manifestar o representante do governo brasileiro e mais um advogado da ex-deputada.

A ex-deputada tem passaporte italiano e deixou o Brasil dias antes de se esgotarem os últimos recursos contra sua sentença de 10 anos de prisão pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O crime ocorreu em 2023 e, segundo as investigações, foi realizado a mando de Zambelli.

O julgamento sobre a extradição, solicitada pelo Brasil por determinação do Supremo, chegou a ser adiado mais

de uma vez pelo tribunal italiano, uma em dezembro e outra em janeiro. Nas duas ocasiões, o juízo responsável entendeu ser necessário mais tempo para a análise de documentos.

Na terça-feira passada, a Justiça italiana negou um pedido feito pela defesa para que os juízes responsáveis pelo caso fossem substituídos. Os advogados alegavam parcialidade dos julgadores.

Desde que saiu do país, Zambelli foi condenada novamente pelo Supremo, dessa vez pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal, no episódio em que perseguiu um homem a mão armada pelas ruas de São Paulo, em outubro de 2022.

Ao pedir a extradição, o ministro Alexandre de Moraes, relator dos casos, garantiu que o presídio brasileiro no qual as penas deverão ser cumpridas mantém padrões de salubridade, segurança e assistência às detentas, além de oferecer atendimento médico e cursos técnicos. Ele também informou que nunca houve rebelião na penitenciária.

CRIANÇAS

Latam demite piloto acusado de chefiar rede de abuso sexual

A Latam anunciou que demitiu Sergio Antônio Lopes, piloto preso na segunda-feira passada no Aeroporto de Congonhas sob a acusação de comandar uma rede de pedofilia.

No comunicado, a empresa informa que “Sergio Antonio Lopes não faz mais parte do seu quadro de colaboradores”.

“A companhia adota a política de tolerância zero para ações e atos que desrespeitem os seus valores, ética e código de conduta, permanecendo à disposição das autoridades para colaborar com as investigações”, diz o comunicado.

Lopes, de 60 anos de idade, foi detido pela polícia de São Paulo dentro do avião que pilotaria. Na mesma manhã, as autoridades deflagraram a Operação Apertem os Cintos

especificamente para capturar-lo.

Por meio de uma investigação que começou há três meses, após a denúncia de uma vítima, a polícia descobriu que o piloto se relacionava com meninas de 8 a 12 anos de idade. Sergio pagava às mães e avós dessas crianças e as levava para motéis, onde as estudava.

Uma avó, que cedeu três netas para o criminoso, foi presa na operação, assim como a mãe de uma outra garota.

Para ter acesso às vítimas, Lopes pagava quantias que variavam entre R\$ 30 e R\$ 100. Ele também chegou a pagar aluguéis e deu até um aparelho de TV como presente.

Segundo as investigações, o piloto cometia os crimes há oito anos.

CORPORATIVISMO

Associações de juízes e do MP apelam a Dino e defendem 'penduricalhos'

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

Entidades que representam juízes, membros do Ministério Público, tribunais de contas e defensores públicos acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a liminar do ministro Flávio Dino que determinou a suspensão dos “penduricalhos” pagos a agentes públicos nos três Poderes.

Na petição, as associações afirmam que diversas dessas verbas têm base em resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sustentam que devem ser consideradas legais enquanto o Congresso não legislar sobre o tema e pedem que a decisão seja revista. O documento foi assinado na terça-feira, por entidades como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Asso-

ciação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), entre outras. O movimento foi formalizado por meio de um pedido para participar da ação como amicus curiae (amigo da Corte). Na semana passada, o ministro, que já foi presidente da Ajufe, concedeu liminar determinando que, em até 60 dias, todos os órgãos dos três Poderes reavaliassem a justificativa dos benefícios pagos a servidores e membros de Poder. A decisão também estabeleceu que esses “penduricalhos” deveriam ser suspensos após esse prazo.

A medida alcança União, Estados e municípios. Na petição, as associações sustentam que a liminar foi excessiva em alcance e fundamento e que teria ignorado a regra de transição prevista na própria emenda.

APAGÕES

Justiça mantém multa de R\$ 95,8 milhões contra Enel

A Justiça Federal em Brasília decidiu manter a multa de R\$ 95,8 milhões aplicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a Enel, concessionária de energia elétrica que opera em São Paulo. A multa foi aplicada por falhas no fornecimento de energia em 2021.

A decisão foi confirmada pela Advocacia-Geral da União (AGU), que representou a Aneel na Justiça e defendeu a manutenção da penalidade aplicada

pela agência reguladora.

Após receber a sanção, a Enel recorreu ao Judiciário e alegou que a punição foi desproporcional e não observou o devido processo legal. Além disso, a concessionária afirmou que as falhas foram causadas por eventos climáticos.

Ao analisar o caso, o juiz Renato Coelho Borelli entendeu que não houve irregularidade no processo de aplicação da multa. O despacho foi assinado na terça-feira (3) e divulgado

hoje pela AGU.

“As decisões colegiadas foram motivadas por critérios objetivos de fiscalização do serviço de distribuição de energia elétrica, pautados na legislação aplicável e nos indicadores regulatórios, sem qualquer influência externa ou propósito alheio à função sancionadora da agência”, afirmou o magistrado.

Ao comentar a decisão, o advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que o órgão vai continuar atuando na defesa

dos consumidores.

“A qualidade do serviço público não é negociável. A AGU seguirá firme na defesa dos consumidores e na exigência de cumprimento dos padrões regulatórios”, afirmou.

Os recorrentes apagões em São Paulo são analisados por um grupo de trabalho da AGU. Em janeiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que o órgão avalie as providências adotadas pela Enel.

CAINDO NA FOLIA

Lula deve visitar Recife, Salvador e Rio de Janeiro no carnaval

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) deve viajar a três capitais durante o feriado de Carnaval, segundo previsão informada pelo Palácio do Planalto ontem. A primeira parada será no Recife, onde o presidente desembarca na noite de amanhã, vindo de Brasília. No dia seguinte, pela manhã, Lula comparece ao desfile do tradicional bloco Galo da Madrugada, um dos maiores eventos carnavalescos do planeta, que costuma reunir um público superior a 2 milhões de foliões nas ruas do centro do Recife. Ele deve ser acompanhado pelo prefeito da cidade, João Campos, e a governadora pernambucana, Raquel Lyra.

Ainda no sábado, Lula embarca para Salvador. Na capital baiana, o presidente deve prestigiar o desfile dos trios elétricos em um camarote oficial do governo do estado, ao lado do governador Jerônimo Rodrigues e outros aliados.

Já na cidade do Rio de Janeiro, Lula vai acompanhar, na Marquês de Sapucaí, o desfile das escolas de samba do grupo especial, especialmente a apresentação da estreante Acadêmicos de Niterói, cujo samba-entredo homenageia a trajetória de



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

vida pública do presidente. A escola desfila na noite de domingo. O prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes, estará ao lado de Lula, que também deverá estar acompanhado de parlamentares e aliados.

A programação detalhada não foi informada, mas a expectativa é que Lula só retorne a Brasília na segunda-feira (16), onde passa a noite. No dia seguinte, terça-feira (17), ainda

pela manhã, o presidente e comitiva embarcam para uma viagem internacional à Índia e à Coreia do Sul, que ocorrerá entre 18 a 24 de fevereiro.

PROCEDIMENTO

Ainda nesta quarta-feira, após Lula aparecer com uma pequena mancha visível no couro cabeludo, durante um evento no Palácio do Planalto, a Secretaria de Comunicação Social da

Presidência da República (Secom) informou que a marca é resultado de um procedimento realizado no último domingo (8) para retirar uma queratose, que é um acúmulo de pele, cujo aparecimento foi associada à exposição ao sol. A intervenção com cauterização da lesão foi feita em clínica de dermatologia em São Paulo com bisturi elétrico, e durou cerca de dois minutos, segundo a Secom.

UFESPORTE

Câmara aprova projeto que cria Universidade Federal do Esporte

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira passada o projeto de lei que cria a Universidade Federal do Esporte (UFEsporte), com sede em Brasília, para atuar na área do conhecimento relativa à ciência do esporte. A proposta será enviada ao Senado.

O Projeto de Lei 6133/25 foi uma iniciativa do governo federal, apresentada no fim do ano passado. Na mesma época, o governo também anunciou a criação da Universidade Federal Indígena (Unind), cujo projeto segue em tramitação.

O texto aprovado em plenário é um substitutivo do relator, deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF). Ele retirou do texto expressões como misoginia, racismo e gênero no trecho sobre as finalidades da nova universidade ligadas ao enfrentamento dessas questões no esporte.

Pela proposta, fica permitida a abertura futura de campi em outros estados.

O estatuto da nova autarquia definirá sua estrutura organizacional e forma de funcionamento, observado o princípio de não separação das atividades de en-

sino, pesquisa e extensão. A instituição poderá utilizar formas alternativas de ingresso, estratégias de atendimento e fomento, respeitadas as normas de inclusão e de cotas.

"A criação da UFEsporte se justifica pelo fato de o Brasil carecer de profissionais qualificados nas áreas de gestão, ciência do esporte e políticas públicas, situação que contrasta com a reconhecida capacidade do país em descobrir grandes talentos esportivos", destacou o relator, ao ler seu voto em plenário.

Além de outros bens, legados e direitos doados, a UFEsporte contará com bens móveis e imóveis da União que o projeto permite doar para a instituição começar a funcionar administrativamente. A autarquia contará ainda com receitas eventuais, a título de remuneração por serviços prestados compatíveis com sua finalidade; e de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais.

Parte da receita de apostas em bets também poderá ser direcionada pelo Ministério do Es-

porte.

Segundo o que prevê o projeto, caberá ao governo federal nomear o reitor e o vice-reitor com mandato temporário até que a universidade seja organizada na forma de seu estatuto. Caberá ao reitor temporário estabelecer as condições para a escolha do reitor de acordo com a legislação.

Dentro de 180 dias da nomeação do reitor e vice-reitor temporários, a instituição enviará ao Ministério da Educação propostas de estatuto e regimento geral.

"A oferta pública e gratuita de cursos de tecnólogos, graduação e pós-graduação, com abrangência em todas as regiões do país, enfocando a qualidade da formação de novos profissionais e assegurando condições de acesso e permanência a atletas estudantes, parece-nos bastante positiva e tende a suprir uma carência histórica dos profissionais do setor", continuou o deputado Julio César Ribeiro, em seu voto.

CURSO PÚBLICO

Após autorização de lei orçamentária, a instituição poderá

organizar concurso público de provas e de títulos para o ingresso na carreira de professor do magistério superior e na carreira de técnico-administrativo.

Para o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), a criação da universidade é muito mais uma demanda da sociedade do que iniciativa do governo.

"Isso vem sendo discutido há muito tempo. Todos os esportistas brasileiros pedem que essa universidade exista, inclusive como formadora de atletas e de diretrizes para o esporte brasileiro nas suas variadas modalidades", disse.

Contrário à proposta, o deputado Alberto Fraga (PL-DF), vice-líder da oposição, afirmou que o projeto é "eleitoreiro e populista".

"O governo anuncia a criação sem colocar um centavo no Orçamento. É marketing puro, é uma promessa vazia que gera manchete hoje e será esquecida amanhã", disse.

A deputada Julia Zanatta (PL-SC) criticou o fato de o governo criar universidades sem conseguir manter as instituições de ensino já existentes.

PLATAFORMA

Violações no Grok continuam, dizem MPF, ANPD e Senacon

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Ministério Público Federal (MPF), a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) avaliaram as respostas apresentadas pela plataforma X e concluíram pela insuficiência das providências informadas pela empresa em relação à sua ferramenta de inteligência artificial (IA), o Grok, que vem sendo usada indevidamente para a geração e circulação de imagens de pessoas em contexto de sexualização, de forma não autorizada.

No mês passado, as três entidades emitiram uma série recomendações à plataforma X. Entre essas recomendações, estava a adoção de procedimentos técnicos e operacionais para identificar, revisar e remover conteúdos desse tipo que ainda estejam disponíveis no X, quando gerados pelo Grok a partir de comandos feitos por usuários.

"Em sua resposta à recomendação conjunta, a plataforma X afirmou ter removido milhares de publicações e suspenso centenas de contas por violação

às suas políticas, além de declarar a adoção de medidas de segurança. Porém, na avaliação das instituições, as informações apresentadas não foram acompanhadas de evidências concretas, relatórios técnicos ou mecanismos de monitoramento que permitam aferir sua efetividade. Testes preliminares realizados pelas equipes técnicas das instituições indicam a persistência das falhas, com a continuidade da geração e da circulação de conteúdos incompatíveis com as recomendações já emitidas", informaram MPF, ANPD e Senacon, em nota.

Em nova manifestação, divulgada ontem, os três órgãos determinaram que o X implemente, de forma imediata, medidas efetivas para impedir a produção, a partir do Grok, de conteúdo sexualizado ou erotizado de crianças e adolescentes e de adultos que não expressem consentimento.

As instituições também determinaram a prestação de informações sobre as providências já adotadas pela empresa para sanar os problemas identificados na recomendação. O

MPF, por sua vez, ordenou que o X forneça relatórios mensais sobre sua atuação a respeito do tema e ressaltou que a empresa não foi transparente em sua resposta.

A ANPD, o MPF e a Senacon atuam de forma coordenada na apuração dos fatos relacionados ao uso indevido da ferramenta de inteligência artificial Grok. Cada instituição tem um procedimento administrativo em aberto contra a plataforma, de acordo com a suas áreas de competência.

No caso da ANPD, a medida preventiva exige que os recursos que impedem o uso indevido da ferramenta de IA devem abranger todas as versões, planos e modalidades do Grok.

No âmbito do MPF, foi exigido o envio de relatórios mensais, a partir deste mês de fevereiro, com detalhes sobre como o X está atuando para impedir e reprimir a produção de *deepfakes* envolvendo crianças e adolescentes e maiores de idade sem sua autorização prévia, indicando o número de postagens nocivas que foram derrubadas e o número de contas envolvidas nessas práticas que foram sus-

pensas, em cada período relatado, pelos controladores da plataforma.

Se não for cumprida, a empresa de rede social poderá ser multada diariamente. Os envolvidos também poderão responder pelo crime de desobediência e a empresa pode sofrer medidas investigatórias mais severas, além de ser alvo de ação judicial, informou o MPF.

Em medida cautelar administrativa, a Senacon cobrou a comprovação de providências já adotadas para conter os riscos identificados e sanar os problemas apontados na recomendação conjunta.

Também foi exigida a remessa de relatório métrico detalhado, contendo dados quantitativos verificáveis sobre identificação, moderação, remoção e indisponibilização de conteúdos sexualizados relacionados ao funcionamento do Grok, incluindo número de conteúdos identificados e removidos, prazos médios de resposta, critérios técnicos utilizados e eventual adoção de medidas corretivas adicionais, como suspensão de contas ou restrição de funcionalidades.

PESQUISA QUAEST

Lula lidera em todos os cenários de 2º turno e mantém vantagem

A pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem indica que o presidente Lula (PT) aparece à frente em todos os sete cenários simulados de segundo turno para a eleição presidencial. O levantamento mostra que Lula supera nomes da oposição com diferenças que variam entre cinco e 19 pontos percentuais.

A disputa mais acirrada ocorre contra o senador Flávio Bolsonaro (PL), apontado como principal nome da oposição. Nesse cenário, Lula registra 43% das intenções de voto, enquanto Flávio Bolsonaro soma 38%. Em comparação com levantamentos anteriores, a vantagem do presidente encolheu: era de sete pontos em janeiro e de dez pontos em dezembro.

Segundo o diretor da Quaest, Felipe Nunes, o movimento indica uma leve redução da diferença. "A pesquisa mostra uma diminuição residual da vantagem de Lula sobre Flávio. A distância, que era de sete pontos no mês passado, agora é de cinco", afirmou.

Nos cenários de primeiro turno, Lula lidera em todas as simulações, com percentuais que variam de 35% a 39%. Flávio Bolsonaro surge como principal



RICARDO STUCKERT/PR

nome da oposição, oscilando entre 29% e 33%.

O estudo é o primeiro da

Quaest que não inclui o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), entre os

possíveis concorrentes. O governador tem reiterado que pretende disputar a reeleição estadual.

RENAN CALHEIROS

'Ideal seria começar trabalhos sobre Master com depoimento de Vorcaro',

NAOMI MATSUI/AE

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou ontem, que o grupo de trabalho que supervisiona as investigações sobre o Master requisitará dados do celular do dono do banco, Daniel Vorcaro. O senador também defendeu que o grupo de trabalho comece os depoimentos ouvindo o banqueiro, mas que ainda não há data marcada.

"Para que os trabalhos da comissão sejam produtivos, defendo isso publicamente, acho que deveríamos começar as fases de

depoimento ouvindo o Vorcaro", declarou Renan, após reunir-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

Segundo Renan, durante a conversa, Renan reafirmou o pedido de acesso às investigações sobre o caso Master. "Vamos requisitar todas as informações das investigações, porque são várias investigações, para que a gente possa, com autoridade, colaborar na responsabilização dessas pessoas, mas fundamentalmente aperfeiçoar a legislação, a regulação e a própria fiscalização", falou.

O senador disse ter abordado, no encontro, as conversas que teve com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, que supostamente teria sofrido constrangimento político para interromper as medidas do órgão contra o Master.

"Contei para o ministro Fachin o clima de constrangimento do Tribunal de Contas da União. Eu estive lá, conversei pormenorizadamente com o presidente Vital do Rêgo. O Centrão chantageou um ministro do Tribunal de Contas para que ele acabasse com a liquidação feita pelo Banco Central",

continuou.

O senador afirmou que o grupo de trabalho fará o "possível" para elucidar o caso, mas que as atividades não podem ser confundidas com de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). "Nós não temos papel de polícia, mas nós podemos ter papel na investigação", falou.

Renan Calheiros afirmou ainda que procurará o procurador-geral da República, Paulo Gonet, para apresentar o grupo. Além de Fachin, Renan já esteve com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

SOROCABA

Denunciado, prefeito Manga é 'peça-chave' de organização criminosa

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

O prefeito afastado de Sorocaba, Rodrigo Manga (Republicanos), foi denunciado pela Procuradoria Regional da República por organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção passiva, peculato, contratação ilegal e fraude em licitações. A mulher do prefeito, Sirlange Rodrigues Frate Maganhato, além de outros 11 suspeitos, também são acusados pelo Ministério Público Federal.

A defesa do prefeito "refute veementemente as acusações e esclarece que a denúncia é fruto de investigação completamente nula". (leia a íntegra abaixo)

"Ainda que não se possa inferir uma hierarquia estruturada sob um forte comando, nos moldes das organizações mafiosas, a organização se estruturou em torno de Rodrigo Maganhato, peça-chave em razão de seu cargo de prefeito, o único, repita-se com o poder de assumir obrigações em nome do município, e contou com a participação de servidores de alto escalão (Fausto Bossolo, ex-secretário municipal de Administração) e Vinícius Rodrigues (ex-secretário de Saúde) facilitando as fraudes", afirma a procuradora regional da República Cristina Marelím Vianna, que subscreve a denúncia contra Manga e seu grupo.

Para a procuradora, 'a materialidade reside na comprovação de que há uma estrutura articulada e organizada para o desvio sistemático de recursos públicos, com uma complexa teia de relacionamentos e atuação coordenada'.

"A prova da existência da organização criminosa é estabelecida através da demonstração de que os indivíduos agiram em concerto e coordenação para cometer crimes, visando lucro mútuo", crava a procuradora.

Em novembro, a Polícia Federal deflagrou a segunda fase da Operação Cópia e Cola, que investigou o prefeito de Sorocaba e aliados por suspeita de desvios de recursos da Saúde. Na ocasião, ele foi afastado do cargo por ordem judicial por 180 dias.

A PF investiga indícios de fraudes na contratação emergencial da ACENI (Instituto de Atenção à Saúde e Educação), organização que administrava

unidades de saúde da prefeitura. O inquérito também mira operações suspeitas que aparentam ter sido usadas para lavagem de dinheiro, como depósitos em espécie, pagamento de boletos e negociações imobiliárias.

Investigadores também apontam que, em 2021, a empresa de publicidade da primeira-dama, Sirlange Rodrigues Frate - ME, que atualmente se chama 2M Comunicação e Assessoria, fechou um contrato com a Igreja Cruzada dos Milagres dos Filhos de Deus para a prestação de serviços de marketing.

Os pagamentos alcançaram R\$ 780 mil, entre fevereiro de 2021 e junho de 2023, segundo a investigação. Ocorre que, no mesmo período, uma outra empresa de comunicação atendia a igreja.

A Polícia Federal afirma que os serviços nunca foram efetivamente prestados e que o contrato de gaveta foi assinado apenas para justificar, no papel, a transferência do dinheiro que teria sido desviado de contratos municipais.

O cunhado da primeira-dama, bispo Josivaldo Batista, e a irmã dela, Simone Rodrigues Frate de Souza, a pastora Simone, estão à frente da Igreja Cruzada dos Milagres dos Filhos de Deus. Em abril, a Polícia Federal apreendeu R\$ 903 mil em dinheiro vivo com o casaldurante as buscas da Operação Cópia e Cola.

Josivaldo Batista e Simone Rodrigues também foram acusados pela Procuradoria.

"As provas, que incluem documentos contábeis simulados, registros de depósitos fracionados, grande quantidade de dinheiro em espécie apreendido, a contabilidade paralela, e a confissão de direcionamento de atos de ofício, demonstram a existência de uma organização criminosa estruturada, com objetivos definidos, para a prática sistemática de crimes contra a administração pública e a lavagem dos valores obtidos", acusa a procuradora.

Segundo ela, "pode-se afirmar que o crime de organização criminosa é solidamente sustentado pela convergência dos indícios de outros delitos graves praticados pelo grupo, como corrupção passiva e ativa, peculato, fraude a licitação e contratação direta ilegal, e lavagem de dinheiro".

STF

Mobilizações na internet são amparadas por liberdade de expressão

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que campanhas de mobilização na internet para defender direitos fundamentais devem ser tratadas como liberdade de expressão e são protegidas pela Constituição.

Por 8 votos a 2, a questão foi decidida durante o julgamento de um recurso apresentado pelo Projeto Esperança Animal, entidade que atua em defesa dos animais, para derrubar uma decisão da Justiça de São Paulo que censurou publicações que denunciaram crueldade na Festa do Peão de Barretos, em São Paulo.

Conforme entendimento firmado pelo plenário da Corte, campanhas promovidas por entidades da sociedade civil para desestimular o financiamento ou apoio institucional e eventos ou organizações devem ser amparadas pela li-

berdade de expressão.

Contudo, se for comprovada má-fé, ou seja, a divulgação de acusações falsas na internet ou em ambiente público, a campanha poderá ser retirada da internet por decisão judicial.

Durante o julgamento, o ministro Flávio Dino acompanhou a maioria de votos e disse que as campanhas não podem ser vetadas somente por estimular o boicote a eventos.

"Essas campanhas de cancelamento, como se diz na internet, ou de boicote, trazem prejuízo econômico. Mas, são atos ilícitos? A princípio, não. A não ser que haja a difusão marcadamente falsa", afirmou.

A decisão da Corte deverá ser aplicada a processos semelhantes que tramitam em todo o país. Para balizar as decisões, a Corte definiu uma tese que deverá ser seguida pelos juízes de todas as instâncias.

Pressão

Trump volta a ameaçar Irã e reforça exigência de acordo nuclear



PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (**foto**), afirmou que insistiu na continuidade das negociações com o Irã sobre o programa nuclear e voltou a ameaçar Teerã ao mencionar possíveis consequências caso não haja acordo. A declaração foi feita após reunião na Casa Branca com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Em publicação na Truth Social, Trump disse que o encontro foi "muito bom" e ressaltou que a "tremenda relação entre nossos dois países continua". Segundo ele, "não houve nada definitivo alcançado, exceto que insisti que as negociações com o Irã continuem para ver se um acordo pode ser consumado".

O republicano afirmou que um entendimento "seria a preferência", mas advertiu: "Se não puder, teremos que ver qual será o resultado".

O presidente também fez referência a ações militares passadas. "Da última vez o Irã decidiu que era melhor não fazer um acordo e foi atingido com o 'Martelo da Meia-Noite' - isso não funcionou bem para eles", escreveu, acrescentando que espera que, "desta vez, sejam mais razoáveis e responsáveis". O "Martelo" foi o nome dado à operação conduzida pelos EUA no ano passado que lançou ataques aéreos contra bases nucleares no país persa.

Antes da guerra do ano pas-

sado, o Irã vinha enriquecendo urânio a até 60% de pureza - nível tecnicamente próximo ao grau armamentista - segundo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o que ampliou preocupações no Ocidente.

As declarações ocorrem em meio a esforços para retomar o diálogo indireto entre Washington e Teerã, com mediação de Omã, após a guerra de 12 dias entre Israel e Irã em junho do ano passado. Antes do encontro, Netanyahu indicava que defenderia exigências adicionais a Teerã, incluindo limites ao programa de mísseis balísticos e ao apoio a grupos como Hamas e Hezbollah.

Trump tem alternado sinais de abertura à diplomacia com advertências de que "as consequências serão muito graves" caso o Irã não aceite restrições ao seu programa nuclear. Do lado iraniano, o ministro das Relações Exteriores, Seyed Abbas Araghchi, afirmou recentemente que Teerã prefere a diplomacia, mas está "mais preparado do que nunca" para uma eventual escalada militar. Segundo ele, o país não aceitará "enriquecimento zero" e, em caso de ataque dos EUA, responderia a bases americanas na região.

Na mesma publicação, o presidente americano afirmou ainda que discutiu com Netanyahu o que classificou como "tremendo progresso" em Gaza e na região, declarando que há "verdadeiramente PAZ no Oriente Médio".

Guerra

Drone russo mata pai e três filhos na Ucrânia; mulher grávida fica ferida

Um drone russo atingiu uma casa na região de Kharkiv, no nordeste da Ucrânia, durante a madrugada, matando um pai e os três filhos pequenos além de ferir gravemente a mãe, que está grávida de 35 semanas, disseram autoridades nesta quarta-feira.

De acordo com a promotoria regional de Kharkiv, o ataque destruiu completamente a casa de tijolos e a incendiou, deixando a família presa sob os escombros.

O pai, de 34 anos, e seus três filhos - dois gêmeos de 2 anos e uma menina de 1 ano - morreram, enquanto os socorristas resgataram a mãe com vida dos escombros, disseram os promotores. Ela sofreu ferimentos causados pela explosão - traumatismo cranioencefálico, queimaduras e perda auditiva, acrescentaram.

Durante os quase quatro anos que se passaram desde a invasão russa à Ucrânia, e apesar de um novo impulso nos esforços de paz liderados pelos EUA no último ano, os civis ucranianos têm sofrido constantes ataques aéreos.

O ano passado foi o mais le-

tal para civis na Ucrânia desde 2022, devido à intensificação dos bombardeios aéreos russos atrás da linha de frente, segundo a Missão de Monitoramento dos Direitos Humanos da ONU no país.

A guerra matou 2.514 civis e feriu 12.142 na Ucrânia em 2025 - um aumento de 31% em relação a 2024, segundo o relatório.

O drone que atingiu a cidade de Bohodukhiv, em Kharkiv, foi identificado como um Geran-2, uma versão de fabricação russa do drone iraniano Shahed.

"Perdemos o que há de mais precioso - o nosso futuro", escreveu o prefeito de Bohodukhiv, Volodimir Bieli, em sua página no Facebook. "Não há palavras para consolar a família; não há oração que possa curar o coração de uma mãe que perdeu seus filhos."

Bielyi afirmou que a mãe está lutando pela vida no hospital e anunciou três dias de luto, durante os quais as bandeiras nacionais serão hasteadas a meio mastro e todos os eventos públicos organizados e de entretenimento serão cancelados.

Canadá

Atiradora mata dez pessoas e fere 25 em ataque a escola

Uma atiradora matou pelo menos 10 pessoas e feriu outras 25 em uma escola na pequena cidade de Tumbler Ridge, na Província de Colúmbia Britânica, no Canadá, na terça-feira passada. Após cometer o crime, a mulher se matou no local. Outras duas pessoas foram encontra-

das mortas em uma residência que a polícia acredita ter relação com a atiradora.

A escola atende 175 alunos de 12 a 18 anos. As identidades da suspeita e das vítimas não foram informadas pelas autoridades. A motivação para a matança é desconhecida. Crimes do tipo são raros no Canadá, que man-

tém um rígido controle sobre a circulação de armas.

O primeiro-ministro canadense, Mark Carney, disse que estava "devastado" pelo tiroteio em Tumbler Ridge. O chefe de Estado cancelou uma viagem para a Província de Halifax e para a Alemanha. O tiroteio foi o massacre mais mortal do Canadá desde

2020, quando um atirador matou 13 pessoas e provocou incêndios que deixaram outras nove mortos na Nova Escócia.

A cidade de Tumbler Ridge, que tem uma população de cerca de 2 400 pessoas, fica a mais de mil quilômetros ao norte de Vancouver, perto da fronteira com Alberta.

'Foi devastador', diz prefeito de pequena cidade do Canadá sobre ataque em escola

O prefeito de Tumbler Ridge, Darryl Krakowka, classificou o ataque a uma escola e residência como "devastador". Morador da cidade há 18 anos, ele disse que conhece os moradores e que toda a comunidade está de luto. "Eu desabei, foi devastador", afirma. "Provavelmente conheço todas as vítimas", destacou.

Ao menos dez pessoas morreram e outras 25 ficaram feridas, sendo duas delas em estado grave. O tiroteio ocorreu na tarde de terça-feira, passada, de acordo com a Polícia Montada Real Canadense. A atiradora está entre os mortos.

A Escola Secundária Tumbler Ridge, que leva o nome da cidade, tem 175 alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II à 3ª série do Ensino Médio. A cidade rural localizada na Província Colúmbia Britânica tem cerca de 2,4 mil habitantes.

Segundo a polícia, a suspeita já foi identificada, mas não teve a identidade revelada. Ela foi encontrada morta e, aparentemente, disparou contra si mesma. A motivação do crime ainda "parece incerta", informou a força que também investiga a ligação entre as vítimas e a responsável pelo tiroteio.

Nina Krieger, ministra da Se-

gurança Pública da Colúmbia Britânica, disse em uma coletiva de imprensa que o incidente foi "um dos piores tiroteios em massa da história de nossa província e do país".

Além da atiradora, seis pessoas foram encontradas mortas na escola e outra faleceu enquanto era levada para um hospital. A polícia acredita ainda que outras duas vítimas fatais que foram localizadas em uma casa próxima ao colégio também estão ligadas ao tiroteio na escola.

Em uma publicação, o primeiro-ministro canadense, Mark Carney afirmou estar

"devastado" pelo ato criminoso que descreveu como "horrível".

"Nossos representantes estão em contato direto com seus homólogos para garantir que a comunidade receba todo o apoio possível", informou.

Tanto a Escola Secundária Tumbler Ridge, onde ocorreu o tiroteio, quanto a Escola Primária Tumbler Ridge serão fechadas pelo resto da semana, disse o distrito escolar na noite de terça-feira. O Northern Lights College, que opera um câmpus na escola secundária, também disse que ficaria fechado durante a semana.

Terras Palestinas

Brasil condena compra de terras na Cisjordânia por colonos judeus

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil condenou, por meio de nota, as medidas aprovadas pelo governo de Israel que facilitam a tomada de terras palestinas na Cisjordânia por cidadãos israelenses.

O governo brasileiro afirma que as medidas favorecem a expansão dos assentamentos ilegais e contribuem para ampliar a ingerência de Israel sobre o território palestino ocupado.

"O governo brasileiro deplora as medidas aprovadas em 8 de fevereiro pelo gabinete de segurança de Israel, que facilitam a aquisição de imóveis por cidadãos israelenses na Cisjordânia, Estado da Palestina, por meio da alteração de regras de registro de terras, e conferem novas atri-

buições administrativas e de fiscalização a agências do governo israelense", diz nota do Itamaraty, publicada na terça-feira passada.

O governo brasileiro alega que a decisão representa uma "flagrante violação do direito internacional" e contraria parecer da Corte Internacional de Justiça (CIJ), que considerou ilegal a presença de Israel na Cisjordânia ocupada, "tendo aquele país a obrigação de cessar, imediatamente, novas atividades em assentamentos e de evacuar todos os moradores".

Israel Avança

O governo israelense anunciou série de medidas para fortalecer os assentamentos na Cisjordânia, território palestino segundo o direito internacional.

"Uma das principais medidas é a abertura dos registros de terras na Judeia e Samaria (Cisjordânia) ao público. A partir de agora, será possível comprar terras na Judeia e Samaria por meio de um procedimento mais simples e transparente", afirmou o ministro da Fazenda de Israel, Bezalel Smotrich.

A Autoridade Palestina e o Hamas condenaram a medida e pediram ações da comunidade internacional contra o governo israelense.

Em nota, o Movimento de Resistência Islâmico (Hamas) afirmou que a decisão de Israel é uma política colonialista de anexação abrangente dos territórios do povo palestino.

"Apelamos também ao nosso povo e à sua juventude rebelde

em toda a Cisjordânia e Jerusalém para que intensifiquem o confronto com a ocupação e os seus colonos por todos os meios ao seu alcance, a fim de frustrar os projetos de anexação, judaização e deslocamento forçado", diz o comunicado.

No ano passado, o Exército de Israel expulsou 40 mil palestinos na Cisjordânia em operação considerada a maior em 20 anos, ampliando as ações na região.

Na nota do Itamaraty publicada neste terça, o governo brasileiro pede que Israel não tome ações equivalentes a anexação do território palestino ocupado "e que ameacem a viabilidade da implementação da solução de dois Estados e a possibilidade de paz justa e sustentável no Oriente Médio".

UE diz que Israel viola o direito internacional com avanço em terras na Cisjordânia

DARLAN DE AZEVEDO/AE

A União Europeia (UE) condenou nesta quarta-feira as medidas unilaterais adotadas por Israel, que ampliam seu controle sobre a parte ocupada da Cisjordânia, classificando-as como "contraproducentes e incompatíveis com o direito internacional."

Em uma declaração conjunta, a chefe de política externa da UE, Kaja Kallas, junto com os comissários Dubravka Suica e Hadja Lahbib, destacaram que essas ações podem "minar os esforços internacionais em andamento" voltados para a estabilização e a promoção da paz na região.

No último final de semana, o

ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, anunciou medidas que envolvem a extensão do controle israelense em áreas sob administração palestina, enfatizando que busca fortalecer os assentamentos israelenses na Cisjordânia.

A União Europeia reafirmou sua posição de longa data ao não reconhecer a soberania de

Israel sobre os territórios ocupados desde junho de 1967. Além disso, reiterou seu compromisso com a solução de dois Estados, apoiando a criação de um estado palestino que seja independente, democrático, contíguo e viável, que possa coexistir pacificamente e com segurança ao lado de Israel.

Nota

MINISTRA DO INTERIOR DE PORTUGAL RENUNCIA DEVIDO ÀS MEDIDAS TOMADAS EM RESPOSTA A TEMPESTADE

A ministra do Interior de Portugal renunciou ao cargo em resposta às crescentes críticas à atuação do governo diante das sucessivas tempestades de inverno desta temporada que deixaram pelo menos sete mortos. Maria Lúcia Amaral renunciou ao cargo após concluir que "já não possuía as condições pessoais e políticas necessárias para ocupar a posição", informou o gabinete do presidente Marcelo Rebelo de Sousa na noite de terça-feira, passada. O primeiro-ministro português, Luís Montenegro, assumirá temporariamente o cargo, segundo o comunicado. Uma

série contínua de tempestades de inverno devastou o país europeu, com 10,7 milhões de habitantes, provocando inundações, deslizamentos de terra e cortes de energia, além de causar danos significativos à infraestrutura em muitas partes do país. Maria Lúcia, que é advogada, foi criticada pela lentidão da resposta de seu governo, especialmente durante a tempestade Kristin, que atingiu o país no final de janeiro, matando seis pessoas, segundo relatos da mídia. Mais uma pessoa morreu na semana passada quando a tempestade Leonardo atingiu a Espanha e Portugal. Maria Lúcia é a primeira ministra a renunciar desde que o governo de centro-direita liderado por Montenegro assumiu o poder em maio passado.